

Uso de IA será principal desafio de Nunes Marques no TSE

Ministro tomou posse como presidente do tribunal e defendeu urnas eletrônicas

Reprodução/vídeo

Por Gabriela Gallo

O principal desafio do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, será o “uso e abuso” da inteligência artificial (IA) na internet, especialmente os chamados “deepfakes”, termo adotado para conteúdos digitais (vídeos, áudios ou imagens) realistas, criados com o uso de inteligência artificial (IA) para manipular ou falsificar a aparência e a voz de pessoas. A análise é do vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e Sócio da Fatto Inteligência Política Rafael Favetti.

“O TSE já definiu, com o voto do ministro Kassio, que 24 horas depois do pleito e 72 horas antes [das eleições] será proibido usar IA, mas todo o tempo restante está permitido. Então, sem nenhuma dúvida, é o principal desafio, não só da justiça eleitoral brasileira, mas de todas as eleições do mundo”, ponderou Favetti em entrevista ao Correio da Manhã.

Na mesma linha, a cientista política na BMJ Consultores Associados Letícia Mendes completou ao Correio que o principal desafio de Marques será ponderar e equilibrar o uso de IA para divulgar fake news e o limite da liberdade de expressão.

“Esse será o ponto mais sensível nesse pleito. Principalmente direcionar as decisões, quais serão os mecanismos a serem enfrenta-



Nunes Marques e André Mendonça conduzirão eleições deste ano

dos. Será o principal desafio de que ele estará ali [na presidência do TSE] não para proteger um ou outro candidato, mas sim trazer a segurança e a equidade no processo eleitoral, igualdade e a partir disso dar confiança ao sistema político e, consequentemente, às eleições”, ela reiterou.

Kássio Nunes Marques foi indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que questionou e criticou diversas vezes a credibilidade das urnas eletrônicas no sistema eleitoral, assim como grande parte de seus eleitores e aliados. Contudo, apesar de ter sido um magistrado indicado

por Bolsonaro, ambos os analistas avaliam que isso não influenciará a atuação do novo presidente do TSE na defesa das urnas e do processo eleitoral.

“Nunes Marques deve atuar para dar confiança e credibilidade ao sistema eleitoral. Dentre isso, reforçar a urna eletrônica vai ser um dos pilares. Mas não é o pilar principal, vão ter outros pontos, como garantir a segurança para as pessoas que vão votar e garantir a liberdade de locomoção. A questão das urnas eletrônicas vai ser um ponto importante, mas não vai ser o ponto principal, será um arremate de tudo para que ele dê mais força ao sistema eleitoral

e, consequentemente, a cadeira que ele está assumindo em defesa do Tribunal que ele vai presidir”, destacou Letícia.

O vice-presidente da Abrig ainda reiterou que “todas as provas das urnas eletrônicas para este ano já foram feitas no ano passado”, sendo a abertura do código-fonte das urnas eletrônicas em outubro do ano passado e o Teste Público de Segurança (TPS) da Urna Eletrônica 2025, em dezembro. “Tudo isso já foi feito, então não haverá nada de diferente este ano, independentemente de quem seja o presidente do grupo do TSE”, disse Rafael.

Nesse sentido, em seu discurso

de posse na noite desta terça-feira (12), Nunes Marques já fez uma enfática defesa do sistema eleitoral brasileiro e da urna eletrônica. “O sistema eletrônico de votação brasileiro constitui patrimônio institucional da nossa democracia”, declarou o novo presidente do TSE.

Nunes Marques substituiu no tribunal a ministra Cármen Lúcia. O vice-presidente do Tribunal é o ministro André Mendonça, também indicado por Jair Bolsonaro. A cerimônia reuniu tanto o governo federal quanto a oposição, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

PGR pede condenação de Eduardo

Lula Marques/ Agência Brasil

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo crime de coação no curso do processo.

O pedido faz parte das alegações finais enviadas ao Supremo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em novembro do ano passado, o STF aceitou denúncia da PGR no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte.

Nas alegações, Gonet disse que Eduardo apresentou condutas criminosas ao realizar postagens nas redes sociais e conceder entrevistas à imprensa com o objetivo



Para PGR, ações de Eduardo tiveram o propósito de coagir

de ameaçar a obtenção de sanções estrangeiras contra ministros da Corte e o país para “livrar” Jair Bolsonaro da condenação no processo da trama golpista.

Graves ameaças

“Comprovou-se que o réu deliberadamente se utilizou de graves ameaças contra as autoridades responsáveis pelo julgamento da

AP 2.668, algumas concretizadas, a fim de favorecer o interesse de seu pai, livrando-o de qualquer responsabilização criminal”, afirmou o procurador.

A acusação da PGR também ressaltou que as ameaças do ex-deputado foram concretizadas e trouxeram prejuízos para o Brasil.

“A estratégia criminosa culminou em prejuízos concretos a diversos setores produtivos onerados pelas sobretarifas norte-americanas, alcançando, em última instância, trabalhadores vinculados a essas cadeias econômicas, completamente alheios aos processos penais atacados”, completou Gonet.

Desde o ano passado, Eduardo está nos Estados Unidos. Ele perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Durante a tramitação do pro-

cesso, Eduardo Bolsonaro não constituiu advogado e foi defendido pela Defensoria Pública da União (DPU).

O ministro Alexandre de Moraes abriu prazo de 15 dias para que a defesa se manifeste.

Em fevereiro, quando formalizou o processo contra Eduardo Bolsonaro, Moraes disse: “A grave ameaça materializou-se pela articulação e obtenção de sanções do governo dos Estados Unidos da América, com a aplicação de tarifas (...), a suspensão de vistos e a aplicação de efeitos da Lei Magnitsky a este ministro relator”, referindo-se a lei dos EUA que permite sanções a quem, na visão do país, cometa violações de direitos humanos.

Com informações da Agência Brasil